

Editorial

Os direitos reprodutivos, fundamentados no livre exercício e na autonomia de homens e mulheres sobre a reprodução, foram reconhecidos como direitos humanos na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, por 184 países, incluindo o Brasil. O exercício de tais direitos pressupõe a existência de políticas públicas que garantam o acesso da população a informações e meios que permitam o planejamento reprodutivo e a proteção da reprodução.

A possibilidade de controle da fecundidade é particularmente importante na vida das mulheres, pois é um pré-requisito para o desenvolvimento autônomo de um projeto existencial. Afinal, o exercício da maternidade demanda recursos internos, materiais, enormes responsabilidades, dedicação e tempo, com intensidade capaz de interromper ou até impedir a transformação daquele projeto em realidade, quando a gravidez ocorre inesperadamente.

Nesse sentido, é de fundamental importância a garantia de acesso a métodos anticoncepcionais eficazes, seguros para a saúde e adequados a diferentes perfis individuais e a diferentes momentos da vida da mulher. Para promover o acesso equitativo à anticoncepção a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP) assumiu, em 2007, o financiamento, a aquisição e a distribuição trimestral de contraceptivos a todos os municípios integrantes do Programa "Dose Certa". Mesmo com a retomada do fornecimento de métodos anticoncepcionais pelo Ministério da Saúde a Estados e municípios, ao final de 2008 a SES-SP incorporou tais insumos ao "Dose Certa", dando continuidade às aquisições com o objetivo de manter estoques reguladores que, além de complementar as quantidades necessárias, impedem a descontinuidade da oferta de contraceptivos quando o Ministério da Saúde enfrenta problemas para sua aquisição.

Seguindo diretrizes para o bom desenvolvimento de programas de planejamento familiar, foi adotado como manual técnico de apoio aos profissionais de saúde na assistência às usuárias a publicação "Planejamento familiar: um manual global para profissionais e serviços de saúde", elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Escola Bloomberg de Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins. Com a autorização dessas instituições, foram reproduzidos 5 mil exemplares, enviados a todas as secretarias municipais de Saúde de São Paulo.

Para a o controle de qualidade dos contraceptivos foi desenvolvida uma estratégia por meio da parceria entre a Assessoria Técnica em Saúde da Mulher (ATSM/SES-SP), a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde (CCTIES/SES-SP), o Centro de Vigilância Sanitária (CVS) e o Instituto Adolfo Lutz (IAL), órgãos da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD/SES-SP). A sistemática adotada para esse controle de qualidade dos insumos é apresentada, juntamente com seus resultados, em artigo publicado nesta edição do Boletim Epidemiológico Paulista. Vale dizer que tal atividade, além de propiciar o fornecimento de insumos com qualidade satisfatória à clientela do SUS no Estado, beneficia indiretamente as usuárias de anticoncepcionais em geral. A identificação de não conformidades em produtos analisados e a adoção das medidas sanitárias correspondentes conduzem obrigatoriamente à correção de problemas na cadeia de produção, resultando na melhoria da qualidade dos insumos fabricados.

Tania Lago
Assessora Técnica em Saúde da Mulher
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo